

MEMÓRIA E RESISTÊNCIA: O MUSEU ZABELÊ E AS INTERFACES ENTRE ARQUEOLOGIA PÚBLICA E MUSEOLOGIA SOCIAL

MEMORY AND RESISTANCE: THE ZABELÊ MUSEUM AND THE INTERFACES BETWEEN PUBLIC ARCHAEOLOGY AND SOCIAL MUSEOLOGY

Maria Alda da Silva Braga¹

Leandro Elias Canaan Mageste²

Resumo: No presente artigo, discutiremos sobre a criação de um museu comunitário na localidade Novo Zabelê, situado na periferia do município de São Raimundo Nonato-PI. Esse espaço museológico fala sobre a história de uma antiga comunidade chamada Zabelê. Em termos históricos, tratava-se de um local que tem seu período de ocupação por volta do século XIX e XX. Essa localidade foi extinta após a criação do Parque Nacional Serra da Capivara, em 1979. Assim, buscaremos refletir a respeito da criação do Museu Zabelê, entendendo-o como vetor de memórias acerca da história do povo Zabelê. Ao mesmo tempo, pretendemos conectar este histórico com os efeitos detonados pelo processo de institucionalização da arqueologia na região piauiense. Em termos teóricos, propomos uma discussão situada nos campos da Arqueologia e Museologia Social. Com os dados coletados, observamos que o Museu Zabelê se constituiu como um espaço de materialização de diferentes temporalidades, que articula memórias e experiências que estão gerando dentro do território fontes de economia e turismo. **Palavras-chaves:** Arqueologia Pública; Museologia Social; Memórias; Museu Zabelê.

Abstract: In this article, we will discuss the creation of a community museum in the locality of Novo Zabelê, situated in the outskirts of São Raimundo Nonato, Piauí. This museum space tells the story of an ancient community called Zabelê. Historically, it was a place occupied from the 19th to the 20th century. This locality was extinguished after the establishment of the Serra da Capivara National Park in 1979. Therefore, we will reflect on the creation of the Zabelê Museum, understanding it as vector of memories concerning the history of the Zabelê people. At the same time, we aim to connect history with the effects triggered by the process of institutionalizing archaeology in the Piauí region. Theoretically, we propose a discussion situated within the fields of Archaeology and Social Museum has become a space that materializes different temporalities, articulating memories and experiences that are generating sources of economy and tourism within the territory. **Keywords:** Public Archaeology; Social Museology; Memories; Zabelê Museum.

¹ Bacharela em Arqueologia e Preservação Patrimonial pela Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco- Univasf. Bolsista da Fapepi. Email: mariaaldabraga05@gmail.com

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco (PPArque e Carqueol Univasf). Email: leandromageste@gmail.com

Introdução

No presente artigo, temos por intuito discutir as possibilidades de conexões entre a Arqueologia e Museologia Social, utilizando como exemplo a criação do Museu Zabelê (MUZAB) em 2018, na localidade Novo Zabelê, zona rural do município de São Raimundo Nonato, no sudeste do Piauí. Em termos práticos, buscaremos analisar como esse museu se relaciona com a construção da memória social, considerando a institucionalização da arqueologia na região, evidenciando as percepções da comunidade acerca daquele espaço.

De modo geral, a narrativa apresentada no MUZAB está relacionada com os processos históricos que configuraram uma outra localidade de nome Zabelê. Esse povoado ficava situado dentro do perímetro da área que hoje constituiu o Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC). Toda a história desse parque, começou na década de 1960, quando foram enviadas fotografias de algumas pinturas rupestres da região para exposição no Museu Paulista (Oliveira e Borges, 2015).

Assim, a missão franco brasileira veio para região do Piauí e começaram a pesquisar e catalogar os inúmeros sítios arqueológicos que foram encontrados. Dessa maneira, foi solicitado ao governo do Estado do Piauí, a criação de uma área de proteção ambiental para aquele território (Oliveira, 2015). A criação do PNSC ganhou destaque e foi tombado pela UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, como Patrimônio Mundial da Humanidade, em 1991.

Essa área de proteção ambiental é uma das áreas com maior concentração de sítios arqueológicos pré-colonial da América Latina (Oliveira, 2015). Mas, para que ocorresse essa preservação dos bens arqueológicos e naturais, a comunidade Zabelê foi expropriada e remanejada para outra área, na periferia de São Raimundo Nonato, que atualmente leva o nome de Novo Zabelê.

Nessa conjuntura, o Muzab constituiu-se com a proposta de musealizar objetos e fotografias que expressam como era o dia a dia dentro do povoado Zabelê. Para todos os efeitos, sinaliza para produção de memórias que persistem sob o risco de esquecimento, frente a consagração de um lugar como parque arqueológico nacional e a retirada forçosa de seus habitantes. Isto

torna possível refletirmos sobre estratégias de resistências e ressignificações do que é patrimônio para as pessoas, bem como as formas que reelaboram o passado no presente.

Por este caminho, buscamos delinear as consequências decorrentes da implementação de projetos arqueológicos e os atritos entre práticas preservacionistas e diferentes regimes de conhecimento. Com isso, buscamos construir um referencial teórico que estabelece as conexões entre patrimônio, sociedade e arqueologia. Conduzindo também uma discussão com a Museologia Social, entendendo como todas essas questões se encaixa nos caminhos de construção da própria história local e do Museu Zabelê.

Caminhos da Memória Arqueologia Pública e Museologia Social como Lentes

De modo geral, ao abordarmos a criação do Museu Zabelê, chamamos a atenção para a singularidade de formação de um espaço museológico, operado por membros de uma comunidade, anteriormente afetados pelos processos de instalação arqueológica, que agora reúnem seus pertences para contar outra história do atual PNSC: não mais somente como patrimônio da humanidade, mas do ponto de vista de seus antigos moradores. Ao nosso ver, em torno dos processos de patrimonialização conduzidos, sedimenta-se possibilidades de conexões entre os instrumentais da Arqueologia Pública e Museologia Social, que podem ser mobilizados frente ao nosso interesse de investigar os processos de construção de memória social que se materializam no Muzab.

De fato, concordamos com Dyke (2019), ao afirmar que a Arqueologia é memória, ligada a uma construção social por meio da relação entre as coisas (cultura material) e lugares. Assim, falar de Arqueologia Pública e Museologia Social é ir de encontro com as comunidades, esforçando no esboço de uma ecologia de saberes, nas suas interfaces com diferentes experiências no tempo e de possibilidades de trabalho com a memória e com a (i) materialidade.

O termo Arqueologia Pública apareceu pela primeira vez no livro *Public Archaeology*, em 1972. Essa obra foi escrita por Charles McGimsey e relatava sobre as destruições dos sítios arqueológicos nos Estados Unidos, com o intuito de propor uma relação próxima com público para articular políticas de preservação do patrimônio arqueológico que estava se deteriorando (Sanches, 2008).

Nesses primeiros momentos a Arqueologia Pública, o foco era apresentar a prática arqueológica para as pessoas a fim de que fosse reduzido a crescente destruição dos bens patrimoniais, termo esse dado pelos próprios profissionais da arqueologia. De acordo com Lemos (2014), o termo Arqueologia Pública assim que surgiu, estava dentro de um modo de certa forma neocolonialista. Isso se deve, portanto, a uma construção de pesquisas arqueológicas em relação ao passado que é produzida pelo Estado.

Ainda segundo o que Lemos (2014) aponta, essa visão de uma gestão patrimonial era gerada pelo Estado já que o mesmo financiava as pesquisas. Com isso, as produções passavam a incluir a constituição de uma história nacional, em que as minorias não eram inseridas nesse discurso de patrimônio. Entretanto, com o passar dos anos novos conceitos sobre o que é a Arqueologia Pública foram nascendo, constituindo inclusive uma relação mais próxima com as sociedades. Em boa medida, perspectivas de Arqueologia Pública foram impactadas pelos direcionamentos teóricos que ganharam corpo na década de 1980.

Um exemplo são as pesquisas de Ian Hodder, que foi o defensor de uma Arqueologia que interpretasse o passado como uma produção do presente, atribuindo a cultura material como fonte que contém diversos significados (Wichers, 2010). Foram os pensamentos de Ian Hodder, que relacionados com a proposta de movimento pó-processual, marcou novas maneiras de se pensar acerca da interpretação da cultura material. Nesse momento, as materialidades passam a ser vistas como um texto carregado de significados que participam ativamente na construção de diferentes realidades sociais. Surge então, uma arqueologia interpretativa que vai pontuar que o passado se constrói no presente, que só passa a ser discutido devidamente quando começam as pressuposições políticas (Wichers, 2010).

É nessa conexão que nasce um novo fazer arqueológico, designado de uma Arqueologia Plural e dentro desse caráter está a Arqueologia Pública, propondo novas possibilidades para o desenvolvimento os trabalhos arqueológicos junto da sociedade (Wichers, 2010). Nos argumentos tratados por Lemos (2014), nesta conjuntura, estimula-se o desenvolvimento de perspectivas de Arqueologia Pública que sejam descolonizantes, englobando outros saberes de materialidades, imaterialidades e patrimônios.

Para Lemos (2014), a Arqueologia Pública como uma prática descolonizante promove que novas formas de conhecimentos sejam aceitas. Consequentemente, o papel dos pesquisadores da Arqueologia desmistifica o discurso autorizado por patrimônio que por anos foi implantado pelo Estado. Assim, ao propor uma prática descolonizante a Arqueologia Pública vai se diferenciar de uma prática de educação patrimonial, que por vezes, significava ensinar ao público o valor dos bens arqueológicos e ensiná-los sobre algo que eles não sabem. Mas, essa é uma das formas de se fazer um trabalho com o público, pois outra maneira de relacionar os fazeres arqueológicos com as pessoas é tornar as narrativas desse público para serem vistas também como bens patrimoniais (Lemos, 2014).

Segundo os autores Sousa e Silva (2017), a Arqueologia Pública é:

[...] Refere-se à atuação com pessoas, proporcionando diálogos e discussões a respeito das simbologias e das representações constituídas através da cultura material. Para tanto, o enfoque da Arqueologia Pública consiste na busca de uma maior interação e compartilhamento arqueológico, promovendo a sensibilização na sociedade em relação à preservação do patrimônio (Sousa e Silva, 2017, p. 3).

Nesses aspectos, o trabalho arqueológico dentro de uma realidade em que as comunidades são engajadas dentro das pesquisas, mostra que existe uma multiplicidade de valores e saberes que antes não eram reconhecidos dentro da Arqueologia. Mas, ao passar a desenvolver uma Arqueologia Pública com comunidades, mostra-nos as grandes variedades de patrimônios. Não apenas o arqueólogo (a) que está dizendo para um grupo o que é considerado patrimônio, mas também o que as comunidades apresentam aos pesquisadores quais são os seus bens patrimoniais.

Conjuntamente, esses pontos debatidos dentro da Arqueologia Pública entram de encontro com as interfaces provocadas pela Museologia Social. Já que as linhas teóricas da Museologia Social, coloca como central o esforço de trazer as comunidades e suas histórias para dentro dos museus (Wichers, 2015). Essas mudanças nas práticas museológicas surgiram em 1960, em consequência de movimentos sociais que buscavam ter acesso aos debates patrimoniais, pois, dentro dos museus tradicionais as comunidades não tinham um reconhecimento (Simões, 2017).

Os museus tradicionais são esses espaços organizados a partir de um conceito de museu geralmente atrelado a ideia de nação e suas relíquias - o era considerado patrimônio no mundo ocidental, durante o século XVII e XIX. A construção de um museu estava interligada com a promoção de um projeto político criado pelo Estado, que contribuíssem a uma propagação de uma memória nacional e produção de determinados consensos. Esses posicionamentos ainda persistem na contemporaneidade, caracterizando o que pode ser denominado de “museus tradicionais”, que expressam uma forma de trabalho com o tempo e a memória relacionando o seu foco nas coleções e nos objetos (Santos, 2002).

O museu tradicional é uma instituição criada e usada pelas elites que foram construídas dentro do colonialismo e colonialidade³ onde a composição do acervo provinha de saques de objetos para guardar dentro das reservas técnicas. Com isso, não existiam nesses museus tradicionais outros modelos de patrimônio, que não fossem para propagar uma memória nacional, sempre excludente, pois outros grupos sociais não tinham suas narrativas contadas dentro desses espaços (Santos, 2002).

Nesse cenário, a Museologia Social emerge como abordagem voltada para o incentivo, discussão e valorização de diferentes formas de trabalho com a memória e patrimônio, que podem culminar em diferentes arranjos, tais como os museus de comunidades (Paiva e Alves, 2019). Um museu comunitário é o espaço construído pela comunidade, o que o torna uma ferramenta para a comunidade produzir o conhecimento de forma coletiva a partir de suas narrativas. Cada objeto, relatos orais, fotografias ou entrevistas realizadas com esses sujeitos das comunidades, propicia que essas comunidades e seus atores conheçam o local e sua história a qual pertence (Lersh e Ocampo, 2008).

Ainda de acordo com Lersh e Ocampo (2008), a diferença entre um museu comunitário e um museu tradicional, é que nos museus de comunidades não está à concentração de poder e riquezas, mas sim, uma coleção reunida que parte da vontade e desejo da própria comunidade.

3 De acordo com Quijano (2007), o colonialismo se define quando um determinado grupo, com suas próprias identidades (os colonizadores) adentram a um território de um outro povo que possui outros costumes e culturas e impõem dominação e conquista sobre aquela população. A colonialidade é a propagação permanente que restou do pensamento colonial, e que continua sendo expressa dentro das relações de poder, saber e ser (Ballestrin, 2013).

Essa ação coletiva das pessoas, tem o objetivo de apresentar e defender suas histórias. No acervo desses museus comunitários, estão as coleções doadas livremente pelas pessoas, cultura material essa que não possui valor financeiro, mas possui uma memória que vai fortalecer a narrativa que a comunidade está contando.

Adicionalmente, para Lersh e Ocampo (2008), é dentro dos museus comunitários que as comunidades podem exercer o poder da memória. Quando parte das pessoas a iniciativa de criar um museu, gera um processo de reflexão, autoconhecimento e fortalecimento de identidade. Segundo os autores supracitados: “o museu comunitário é uma ferramenta para avançar a autodeterminação, fortalecendo as comunidades como sujeitos coletivos, que criam, recriam e decidem sua realidade” (Lersh e Ocampo, 2008).

Alinhando essa discussão da Museologia com a Arqueologia Pública, sabe-se que os pressupostos das duas priorizam o estudo da cultura (i) material, os objetos pertencentes às pessoas. Dentro de uma interface interdisciplinar, as duas linhas teóricas buscam proteção, socialização, comunicação e multiplicidade de significados do patrimônio cultural (Gusmão, 2013).

De acordo com Santos (2002) a memória é entendida como a capacidade de lembra-se do passado como, por exemplo, lembrar-se de beber um copo de água ou de recitar um poema de cor, são atos que ao serem vivenciados no passado se tornam recorrentes na nossa mente. Mas, a atitude de lembrar e fazer memória apresenta diversas explicações, que vão além de repetir certas atitudes. Pode ser memória, sentimentos, construção de identidades ou atos que repetimos diariamente (Santos, 2002).

Para Santos (2002), afirma que as memórias coletivas são construídas por meio dos atores sociais e suas experiências de vidas que viveram antes. Assim, a memória social é um processo de formação e manutenção social, que varia de acordo com contextos e situações históricas. Que ao recordar o passado, estamos o recriando dentro de uma estrutura simbólica coletiva, para defender certos processos de lembranças e esquecimento.

Mas, a atitude de lembrar e fazer memória apresenta diversas explicações, que vão além de repetir certas atitudes. Pode ser memória, sentimentos, construção de identidades ou atos que repetimos diariamente. Assim, dentro desses aspectos de memória, podemos encontrar as

memórias coletivas que são construídas por meio dos atores sociais e suas experiências de vidas que viveram antes. Assim, a memória é um processo de formação e manutenção social, que varia de acordo com contextos e situações históricas. Que ao recordar o passado, estamos o recriando dentro de uma construção simbólica coletiva, para defender certos processos de lembranças (Santos, 2022).

Como a memória parte de processos do escolher o que lembrar e o que esquecer, é possível observar que o esquecimento muitas das vezes ocorre em um processo que houve o silenciamento de histórias que não comungam da memória oficial, do que está em evidência naquele contexto e então outras memórias passam a ser lembranças proibidas ou que as pessoas não preferem falar (Araújo e Santos, 2007).

Ao colocarmos esses conceitos em relação as discussões dos princípios que levam a serem criados os museus comunitários, entende-se que os objetos e artefatos ali presentes são peças fundamentais que dão ancora a essas memórias. É através dessa desses objetos que as memórias coletivas se apoiam como ato de lembrar, transformando as suas experiências e dando voz a comunidade que manifestam as suas identidades (Santos e Araújo, 2007).

A memória e a identidade fazem parte de um resultado das ações praticadas pelas pessoas que estão sempre construindo e reconstruindo para trazem dentro dos acontecimentos vivenciados o que lembrar e o que deixar no esquecimento. Assim, a memória é algo construído dentro dos museus por meio das relações dos materiais com as pessoas a qual esses objetos pertencem. Por isso, os museus comunitários são peças fundamentais na luta por uma memória coletiva, que vai afirmar as identidades daquela comunidade e apresentar as suas vozes (Tolentino, 2017).

Nesta conjuntura, a Arqueologia Pública apresenta subsídios para poder entender os efeitos causados nos processos de institucionalização da Arqueologia, que por vezes causam impactos nas comunidades. Já a Museologia Social surge para ajudar a pensar outras formas de construção de patrimônios e sua Musealização para além da lógica de institucionalização, que são consoantes com as abordagens arqueológicas que visam discutir os processos de produção de conhecimento arqueológico, os efeitos que as práticas arqueológicas geram no mundo e as estratégias de comunicação com esses saberes (Braga, 2021).

Ao atrelar todas essas questões ao Muzab podemos evidenciar as memórias dessas pessoas, depois de serem desapropriadas de suas terras devido a um projeto arqueológico que causou sentimentos de perdas e silenciamentos, serem reconhecidas para dizer que o povo do Antigo Zabelê resiste e buscam por manter vivas as suas histórias e repassá-las as futuras gerações.

Para compreender a construção desse museu comunitário e observar as suas narrativas existentes por traz dessa Musealização, adotamos o método de coletar as memórias, por meio das entrevistas. Esse é um momento que podemos ouvir e registrar tudo o que a pessoa tem a nos dizer (Alves, 2016) Dentro dessa pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, que é um tipo de entrevista onde o pesquisador estabelece um roteiro/questionário, mas o deixa em aberto para que a abordagem feita seja mais flexível permitindo ouvir o que a pessoa entrevista tenha a dizer para além somente daquelas perguntas pré-estabelecidas (Ludke; André, 2004).

Esses tipos de entrevistas normalmente são realizados presencialmente, porém, durante o período de desenvolvimento desse trabalho 2020-2021 ocorreu a pandemia da Covid-19. Então, durante essa época foi necessário culminar novos redirecionamentos dentro do nosso escopo metodológico. Dentro dessa conjuntura, surgiu o desafio: como realizar uma pesquisa qualitativa, dentro de um contexto de isolamento social? Assim, optamos pela aplicação de entrevistas a distância, avaliando suas potencialidades e limitações.

A entrevista a distância é um método usado para realização de coleta de dados por meio da internet. Essa abordagem tem sido utilizada nos últimos tempos devido ao avanço tecnológico que apresenta diversas plataformas digitais que possibilita a comunicação entre duas ou mais pessoas (Léon e Sousa, 2016). Nesse tipo de entrevista, a aplicação desse método funciona da seguinte maneira, o pesquisador precisa escolher qual rede social vai fazer uso e se aquele grupo de estudo tem acesso a essa tecnologia e, assim, pensar nas maneiras de conduzir a entrevista (Magalhães, 2020).

No caso desta pesquisa, a escolha para conduzir e aplicar o questionário foi a rede social *WhatsApp*. O motivo da escolha por esse aplicativo, foi por ser uma ferramenta de mensagens instantâneas que grande parte da população tem acesso. O WhatsApp é um aplicativo que permite mandar áudios de voz, mensagens de texto ou realizar vídeo chamadas. Entretanto,

por ser uma rede social que fica inacessível ao público que não tem acesso à internet, foi necessário fazer um recorte e algumas adaptações de quem seria o público-alvo entrevistado.

Nesse caso, o recorte estabelecido foi feito com a priorização de aplicar o questionário com as pessoas da comunidade a qual já tínhamos um contato pré-estabelecido. E dentre essas pessoas, teve a situação de um idoso que não tinha acesso ao aplicativo de mensagens e foi necessário que uma pessoa próxima a ele levasse o questionário e aplicasse as perguntas, assim coletando os áudios com as respostas concebidas. O conteúdo do questionário versava sobre a história da comunidade Zabelê e sobre o que elas achavam do museu comunitário e seu acervo.

Após todas as pessoas convidadas concordarem e aceitarem participar da pesquisa, foi escolhido o dia e a horário a qual elas queriam que o questionário fosse enviado. Nessa coleta de dados houve inúmeros desafios que por vezes nos fizeram questionar a viabilidade de aplicar esse tipo de entrevista. Um dos problemas é que a plataforma a qual escolhemos permitiu que as mensagens fossem lidas e algumas até ignoradas e outras que caíram no esquecimento. Mas, alguns dos convidados cumpriram com o combinado e nos entregaram todas as respostas por meio de áudios.

Para este artigo, trouxe um recorte de 3, que são da comunidade Zabelê, sendo 1 delas que fizeram parte da estruturação e organização do museu. Os colaboradores são: o senhor Pedro Alcântara, conhecido como seu Noca, de 76 anos. Ele é um ex guia mateiro e ex maniqueiro que morou no Antigo Zabelê e há alguns anos faz palestras, participa de documentários e pesquisas, por ser um dos membros mais antigos da comunidade. Seu Noca é uma das memórias vivas que da sentindo ao Muzab. Outra entrevistada foi Máira Alves, 39 anos que logo que o museu surgiu ela foi uma das intermediárias que viabilizava as idas de turistas para o local. Falamos também com pessoas da geração mais nova do povo Zabelê como, a Amanda Alves 20 anos, filha de Máira Alves que conhece bastante das histórias do Antigo Zabelê, pois seu avô morou nessa antiga comunidade.

Todos os áudios recebidos foram armazenados em um banco de dados (pasta separada no computador). As transcrições dos áudios foram feitas pelo aplicativo *Transcriber*, um sistema que realiza a transcrição de áudios apenas feitos e enviados pelo *Whatsapp*. Os desafios encarados nesse tipo de pesquisa virtual nos levaram a pensar e repensar as formas de como

adaptar essas entrevistas. Todos os dados coletados foram de extrema importância para o andar da pesquisa. Tecemos algumas reflexões sobre algumas pessoas terem desistido de responder o questionário: Será que foi a quantidade de perguntas? Será que por ligação ou vídeo chamada teria sido melhor?

Entretando, isso foi o que conseguimos coletar em meio ao um tempo de pandemia que pairava sobre um mar de incertezas em todo o mundo. O formato de pesquisa online não se compara com o olhar face a face, porém serviu como uma das melhores alternativas para que o andamento da pesquisa e assim gerar algumas informações iniciais sobre o contexto do Museu Zabelê. Promovendo inclusive alguns pontos que podem ser estudados no futuro.

Contextualização Histórica: Antigo Zabelê e Novo Zabelê

Para narrar a história de surgimento da comunidade Zabelê, é preciso citarmos uma figura bastante citada nas falas dos moradores, o Vitorino Dias Paes Landim. De acordo com Godói (1993), ele foi um criador de gado que chegou ao território sudeste/sudoeste piauiense, na região Várzea Grande - atual cidade de Coronel José Dias, PI. A autora supracitada ainda nos conta que Vitorino é considerado um dos responsáveis por supostamente ‘expulsar’ os indígenas dessas áreas.

Desse modo, as terras que faziam parte das fazendas Serra Talhada, Serra Nova e Boqueirãozinho, foram doadas a Vitorino Dias Paes Landim quando ele obteve vitória nos confrontos com os indígenas. Nessas terras, Vitorino se estabeleceu e constituiu família. Anos depois, seus netos João Bernardo, Antônio Maroto e Manuel Roberto são citados como criadores da região Zabelê. Foi na fazenda Serra Nova, em 1902, que surgiu a comunidade Zabelê (Godói, 1993).

Quanto ao nome do lugar ser Zabelê, trata-se de referência a ave brasileira *Crypturellus noctivagus*. O relato abaixo nos conta um pouco sobre como foi a escolha do nome:

ele lá trabalhando lá e voou uma Zabelê e se enganchou num garrancho de pau no caiu e ficou batendo pra voar, aí ele correu e pegou... saltou nela e pegou. Aí apelidaram de Zabelê, o lugar de Zabelê (N., 54 anos, Zabelê apud Godói, 1993, p. 67).

A chegada dos netos de Vitorino até as terras do Zabelê, foi consequência da busca pelo látex da maniçoba⁴ (Godói, 1993). Ainda de acordo com Landim (2014), o período de extração da maniçoba nessa região do Piauí ocorreu em dois momentos, o primeiro nos anos de 1897-1913; e o segundo em 1940-1960, coincidindo com a época de criação do Zabelê.

Segundo Oliveira e Borges (2015), a configuração ocupacional da comunidade Zabelê era de 200 famílias, durante a década de 1970-1980. Porém, existem discordâncias sobre essa densidade. Para Sueli Sousa (2009), por exemplo, existia um total de 700 famílias. A subsistência dessas pessoas se dava principalmente pelo trabalho na roça, com o plantio de milho, feijão, mandioca, frutas, comercialização do algodão, fumo, extração de calcário, criação de pequenas criações - bodes, cabras, vacas, galinhas, caça. Muitas das produções agrícolas que eram feitas na comunidade eram deslocadas para o centro da cidade de São Raimundo Nonato, para serem vendidas na feira local e para o próprio consumo local. Esse era o modo de vida persistente dentro da comunidade (Figura 1) (Dias, 2007; Sousa, 2009).

De fato, ao discutir sobre campesinato, Wanderley (2015) afirma que a base central desse modo de vida é o caráter familiar, em que muitas vezes toda produção agrícola está voltada para sustento da família. Ao mesmo tempo, percebemos que os modos de vida das pessoas que moravam no Zabelê eram constituídos, por uma ligação cultural com a terra em que viviam (Braga, 2021). que estabeleciam possibilidades de fazer, criar e viver. Para além disso, as pessoas que moravam no entorno do PNSC, usavam das paisagens e do que aquelas terras lhe davam como, por exemplo, o uso dos caldeirões rochosos, que serviam para beber água, cozinhar, lavar roupas, sustentar os animais de criação. O que gerou entre as pessoas uma afetividade com aquele espaço (Sousa, 2021).

Um ponto importante de interação social e realizações de celebrações, eles praticavam a celebração do reisado e da quadrilha junina. Ocorriam festejos de novenas que eram celebradas

⁴ A maniçoba é uma planta da caatinga nordestina, muito resistente à seca e que pertence ao gênero *Manihot Glaziovii*, pertencente à família das euforbiáceas (Landim, 2014)

na capela, os momentos de lazer eram no campo de futebol e ao sentar para escutar as histórias acerca dos indígenas e a “conquista” das terras pelo “veio Vitorino”⁵ (Braga, 2021).

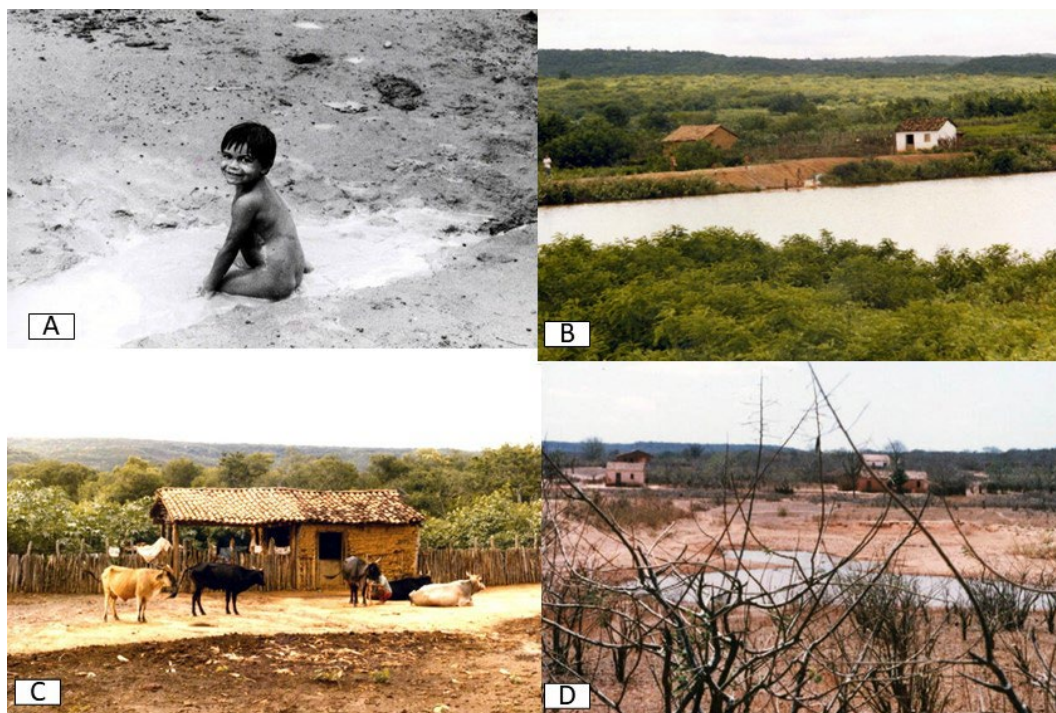


Figura 1: Povoado Zabelê: A) Criança do povoado Zabelê, em 1986; B) Vista da área do tanque grande no Antigo Zabelê; C) Casa de roça no Antigo Zabelê; D) Paisagens no povoado Antigo Zabelê. Fonte: Imagens cedidas pelo Iphan (A, B e D), pertencentes ao acervo de I. Souza, 2004. Imagem (C): Adauto Araújo (acervo pessoal) apud Rodrigues (2011).

Por habitarem uma região com uma grande quantidade de sítios arqueológicos e paisagens belíssimas, os moradores possuíam laços com as pinturas rupestres, chamadas por eles de “desenhos de caboclos”, “riscos nas paredes”, atribuindo a estes um caráter sobrenatural (Rodrigues, 2011).

Na década de 1970, foram iniciadas as pesquisas arqueológicas nessa região. Os moradores locais atuaram como guias, por serem as pessoas que mais tinham o conhecimento sobre aquele espaço. Acompanhavam os pesquisadores, levando-as nas tocas para conhecer as pinturas rupestres (Oliveira, 2015). Segundo Rocha (2019), os primeiros guias mateiros que conheciam

⁵ Apesar de não constituir foco de nossa análise no momento, a construção de uma memória sobre a ocupação indígena da região, em compasso com as narrativas de fundação da comunidade, merece investigações mais sistemáticas, que estejam comprometidas em desvelar as formas de persistência e subversão de valores e entendimentos fundamentados na colonialidade.

muito bem o lugar foram os senhores: João Batista Dias (Joãozinho da borda), Nivaldo de Oliveira Coelho e Nelson Parente.

A comunidade Zabelê foi uma das primeiras áreas escolhidas para prospectar. Logo nas primeiras caminhadas, as arqueólogas notaram características de aldeia em alguns lugares e relataram que o solo abundava pedra lascada e cacos de cerâmica (Borges, 2007). Oliveira (2014) destaca que, foram as pessoas locais responsáveis pela abertura de estradas e prospecções comunicando a equipe de arqueólogas onde tinham sítios. Desse modo, os moradores do Zabelê passaram a compor a equipe dos pesquisadores, sendo treinados para ajudar nas escavações e fazer decalques das pinturas rupestres.

No ano de 1979, após os estudos levantados pelas pesquisadoras da Missão Franco Brasileira, foi decretado a criação do Parque Nacional Serra da Capivara na área onde moravam o povo do Zabelê e outras pequenas localidades do entorno. De acordo com o decreto federal de nº 0.83.548 e o artigo 20 dessa institucionalização, a criação do PNSC tinha como foco:

Art. 20 O Parque Nacional Serra da Capivara, tem por finalidade precípua, proteger a flora, a fauna e as belezas naturais, e os monumentos arqueológicos, no local existente fica sujeito ao regime especial do Código Florestal, instituído pela Lei nº 44.771, de 15 de setembro de 1965. (Decreto, nº 83548 de 1979, p.2).

O Zabelê foi o mais afetado com a criação do Parque por estar localizada no centro da área que passava a delimitação que iria abranger o Parque Nacional. De fato, a extensão territorial do PNSC foi fixada em torno de 130.000 hectares, abrangendo as cidades de: São Raimundo Nonato, João Costa, Brejo do Piauí e Coronel José Dias- Antiga Várzea Grande (Oliveira e Borges, 2015). A criação desse parque foi um processo traumático para alguns moradores e que gerou conflitos, devido a retirada das pessoas de suas terras.

Assim, cumprindo as ordens oficiais e depois de anos de negociações e conflitos, a localidade Zabelê foi desapropriada em 1988 (Oliveira e Borges, 2015). Na data de saída organizaram uma festa de despedida, que teve apresentação das tradições locais, como a festa de reisado. Por meio dos relatos orais, as pessoas falam que foi uma despedida muito dolorosa. Ao saírem das suas terras, eles ficaram à mercê da própria sorte, pois não tinha para onde ir (Sousa, 2009).

O processo de indenização gerou mais um conflito para a comunidade. De acordo com a autora Sueli Sousa (2009):

O processo de indenização foi incompleto, muitos não foram indenizados e quem recebeu não teve a indenização suficiente calculada levando em consideração a restituição das condições de trabalhador rural, ou seja, a indenização não forneceu as condições de aquisição de terras e de infraestrutura para agricultura e criação de animais (Sousa, 2009, p. 87,)

Ao saírem do Zabelê o pessoal passaram a morar em São Raimundo Nonato e precisaram procurar outros meios de sobrevivência como, por exemplo, alguns abriram pequenos comércios, outros arrumaram empregos de ambulantes, vendedores, pedreiros, guarda noturno e vigilantes. Mas, a realidade não foi a mesma para todos. Muitos falam que passaram necessidades e que nesse período de incertezas sofreram muito, chegando alguns até passar fome. O apoio veio de alguns familiares que moravam na cidade e alguns foram embora para outros estados como, São Paulo, Brasília e Pará (Sousa, 2009).

Após dez anos de espera por uma terra que pudessem morar, o povo do Zabelê foi reassentado. Os moradores se uniram enquanto comunidade e criaram uma associação pautada na busca pelos direitos básicos do trabalhador rural. Em 1997, o Ibama solicitou ao Incra- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- que fosse resolvida a questão de terras para as famílias do Zabelê. Então, nasce a comunidade Novo Zabelê, que fica a 12 km de São Raimundo Nonato (Sousa, 2009).

Atualmente dentro da comunidade Zabelê são 256 famílias assentadas. Quanto a organização territorial das casas, todas ficam em fileiras e as ruas são identificadas por um número e um nome. Existe dentro da comunidade uma igreja católica, quatro igrejas evangélicas, posto de saúde, fábrica de doce, um museu, escola, quadra de esportes e restaurantes (Trindade, 2022). É relevante ressaltarmos também que, na comunidade existem centros de religião de matriz africana e uma sede de uma antiga fazenda.

Os moradores vivem atualmente da agricultura, da criação de ovinos e caprinos ou ocupando empregos em, São Raimundo Nonato. Vale salientar a relevância de auxílios sociais que são direcionados para o desenvolvimento de projetos de agricultura, como os orgânicos Zabelê e

plantação de algodão. Mais recentemente, tem o apoio de um projeto social - Projeto Veredas⁶ - que arrecada fundos para levar melhorias até a comunidade (Braga, 2021).

Ao criar o Parque Nacional Serra da Capivara, os gestores criaram algumas medidas para gerenciar a gestão do parque e os conflitos gerados. A exemplo, temos a criação da Fundação Museu do Homem Americano- Fumdhm, em 1986, que foi criada com os objetivos de preservar todo o patrimônio cultural e natural do PNSC. Esse espaço atualmente fica localizado no centro cultural Sergio Motta, e conta com instalações de reservas técnicas e laboratórios que guardam os materiais arqueológico. Além disso, houve também a geração de empregos para as pessoas do entorno, na qual muitas trabalharam e trabalham dentro da Fumdhm (Gonçalves, 2016).

Ademais, a arqueóloga Niede Guidon (2007), nos conta que a Fumdhm desenvolveu diversos projetos, como: produção apícola, construiu casas de mel e um centro de produção. Também levantaram cinco escolas para trazer acesso ao ensino fundamental às crianças das comunidades, capitou professores da região para dar aulas que fossem contextualizadas com a realidade do PNSC. Cada escola também continha um posto de saúde, apoiado pela Fiocruz, fora diversos outros programas de cursos que foram disponibilizados.

Dentre outros empreendimentos gerados pela Fumdhm, podemos destacar a criação do primeiro museu da região, o Museu do Homem Americano, na cidade de São Raimundo Nonato. Esse museu foi criado em 1994 e no seu acervo estão os materiais gerados a partir das escavações do parque. Alguns materiais são as coleções de vestígios arqueológicos: cerâmica, líticos, material orgânico e paleontológico. Outro museu criado no ano de 2018, é o Museu da Natureza, que fica na cidade de Coronel José Dias, esse apresenta toda a evolução da natureza do semiárido nordestino, na qual todo acervo está ligado ao que foi descoberto durante as pesquisas de fauna e flora das áreas que compõem o parque (Gonçalves, 2016, Almeida, Líbano e Lopes, 2019).

⁶ O Projeto Veredas é um empreendimento, de cunho assistencialista, criado por um grupo de alunos do colégio Santa Cruz da cidade de São Paulo, que tem como objetivo ajudar os povos do entorno do Parque Nacional Serra da Capivara. Para conhecer melhor o projeto esse é o site oficial deles: Projeto Veredas

Outro desdobramento consequente do empreendimento científico que se organizou em torno do Parque Nacional Serra da Capivara foi o campus da Univasf - Universidade Federal do Vale do São Francisco, em São Raimundo Nonato, no ano de 2004. O campus Serra da Capivara trouxe o primeiro curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial em uma universidade pública e federal no país, com o propósito de ofertar aos jovens da região a opção de cursar uma graduação, principalmente contando como base no potencial arqueológico da região (Oliveira, 2014).

É dentro dessa realidade, que um arqueólogo local – Iderlan Souza - que estudou na Universidade Federal do Vale do São Francisco - pertencente ao povo Zabelê, gera dentro do povoado Novo Zabelê movimentações em torno da criação de um museu, como forma de valorização das histórias locais.

Como nos mostra Mageste e Amaral (2022), nos últimos anos dentro da Univasf vem sendo gerados inúmeros trabalhos que dão vozes as comunidades do entorno, apropriando-se do conhecimento especializado em Arqueologia e Patrimônio para. Muitos dos discentes são descendentes ou moradores dessas localidades e passaram a olhar para seus contextos e produzirem a chamada Arqueologias Afetivas. São esses estudos que tem vieses políticos, teóricos e metodológicos que questionam os discursos autorizados em relação ao patrimônio.

Se antes a preocupação da ciência arqueológica desenvolvida no semiárido nordestino, era somente a antiguidade do Homem Americano, a perspectiva que vem sendo desenvolvida junto das memórias e afetos das comunidades locais, as Arqueologias Afetivas: “não se constroem com limitações temporais ou temáticas impostas por programas pautados no racionalismo e objetivismo da modernidade, possibilitando o trânsito de diferentes narrativas” (Mageste, Alencar, 2022, p. 28).

Toda essa história perpassa por conflitos e acordos decorrentes de sistemas de conhecimentos diferentes, edificados nas heranças da nossa colonização. Nessa lógica a invisibilidade de determinadas grupos locais e todo autoritarismo e violências podem ser entendidas como um problema sistêmico. Uma comunidade camponesa foi silenciada, ora a Arqueologia que chegou nas terras deles se mostrou aliada dessa exclusão e depois propôs caminhos mais democráticos, o que tornou uma relação mais complexa. Mas, foi com o afeto, a dor e a saudade de um lugar que moravam antigamente que nasceu o Museu Zabelê.

O Museu Zabelê e suas Materialidades

O Museu Zabelê, foi criado em 13 de abril de 2018, pelos membros da comunidade, o arqueólogo Iderlan Sousa, Alberta Alcântara e Pedro Alcântara (seu Noca). Durante nossa conversa com dona Alberta Alcântara, foi relatado que o museu nasceu de um motivo, o Iderlan Sousa teve a ideia, porque eles - seu Noca e dona Alberta - tinham muitas histórias sobre do tempo que moravam no Antigo Zabelê.

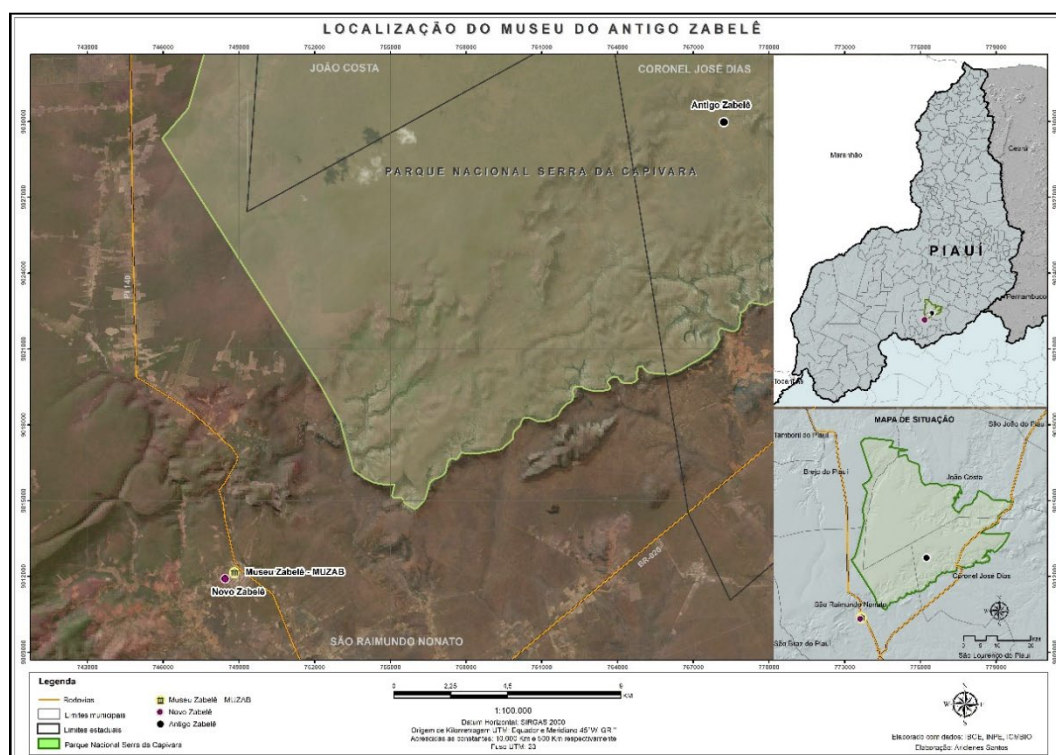


Figura 2: Mapa de localização do Museu Zabelê. Fonte: Produzido por Aricles Santos (2022).

O espaço para abrigar a exposição do Museu Zabelê, nasceu primeiro em uma casinha de taipa (Figura 3). Nessa casa, continha apenas dois cômodos, um era um espaço bem na entrada da casa, era nele que ficava exposto todo o acervo do museu e no outro existia um quarto que não foi utilizado, era como se fosse um tipo de “quartinho da bagunça”. Em entrevista concedida a Marcia Trindade (2021), dona Alberta diz que foi ela quem sugeriu de usarem a casinha para ser o lugar do museu. De acordo com a entrevista, ela ainda conta que essa casa era um lugar que antes funcionou como casa de farinha e fábrica de material de limpeza.



Figura 3: O museu Zabelê: A) frente da casa que era a primeira sede do museu; B) dia da inauguração do Museu, em 2018. Fonte: (A)- Acervo pessoal de Márcia Trindade, 2019. (B) – Acervo pessoal de I. Souza, 2018.

Com isso, o museu foi montado com as coisas da comunidade que ainda estava ali e resistiam ao tempo. Basicamente os moradores tinham muitas fotografias do cotidiano no Antigo Zabelê e alguns objetos que usavam naquela época e carregaram consigo com a mudança, após a desapropriação. São painéis de ferro, potes de barro, máquina de costura, tamborete, ferros de passar roupas, banca de pote e um pilão. A senhora Alberta Alcantara, nos contou que ela mesma saiu de porta e porta, pedindo/perguntando se as pessoas tinham ainda objetos lá do Antigo Zabelê. Assim, as pessoas foram doando essas coisas para exposição.

Pelas imagens abaixo (Figuras 4 e 5), podemos ver como que essa exibição foi montada. Contendo prateleiras com os objetos e nas paredes alguns banners com fotografias e um pequeno texto explicativo sobre quem é o povoado Antigo Zabelê. O museu recebe visitas de colégios e de muitos turistas que vem visitar o Parque Nacional Serra da Capivara.



Figura 4: A) Parte interna do museu com exposição dos banners; B) Visita de escolas ao Museu Zabelê. Fonte: (A)- Acervo do Projeto Veredas; (B) Acervo pessoal de I. Souza, 2018.



Figura 5: Acervo do Museu Zabelê: A) cartão de entrada com o nome do museu; B e C) objetos doados pelas pessoas da comunidade; D) Texto explicativo sobre a história do povoado Antigo Zabelê. Fonte: A, B e D – imagens cedidas pelo Iphan pertencentes ao acervo pessoal de I. Souza (2018). C – I. Souza (2018).

O Museu Zabelê funcionou dentro dessa casa durante os anos de 2018 até 2020. Depois o museu foi desativado, por conta da pandemia de COVID-19. Nesse mesmo período, os alunos que desenvolvem o Projeto Veredas – trabalho social que foi supracitado acima - elaboraram um projeto arquitetônico para construir um novo espaço para ser sede fixa do museu, com o escopo de levar melhorias de infraestrutura e promover um maior campo turístico dentro da localidade.

Para esse novo espaço nascer, a casinha anterior foi derrubada. Durante o processo de construção, alguns moradores nos contaram que os objetos foram devolvidos aos seus donos, para posterior exposição após concluir a obra. Nas imagens abaixo (Figura 6), podemos ver esse processo em que nasce o novo Muzab- abreviação que compõem o nome Museu Zabelê.



Figura 6: Construção do novo espaço para o Museu Zabelê. Fonte: Acervo pessoal de Márcia Trindade (2021).

O novo espaço do museu agora conta com toda uma organização formalizada, em colaboração com a museóloga Rosa Maria Gonçalves. No período de 2022, o Muzab ganhou o 34^o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, idealizado pelo Iphan- Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional. No ano de 2023, o museu foi reconhecido como ponto de memória (da Musealização da Cultura Material e Imaterial do Antigo Povoado Zabelê), pelo Ibram- Instituto Brasileiro de Museus.

Ademais, esse novo Muzab⁷ não será abordado neste artigo. Mas, o que sabemos desse novo museu neste ano de 2024, é que está aberto e recebe visitas e conta com um espaço maior para público e tem exposto alguns banners com fotografias que contam a vida cotidiana do Antigo Zabelê e sobre o período de coleta de maniçoba. Existe também um pequeno acervo de objetos que está sendo montado novamente, uma biblioteca comunitária que visa incentivar a leitura dentro da localidade do Novo Zabelê. Um outro ponto dentro desse novo museu, é a lojinha que vende algumas camisetas estampadas com a logo do museu e produtos artesanais feitos pelos moradores locais, buscando incentivar a economia local.



Figura 7: O novo Museu Zabelê. Fonte: A autora (2023).

⁷ Para maiores informações acerca do Museu Zabelê ver o Instagram: @museu_zabele. Lá podem ser contactadas todas as atividades que os membros vêm desenvolvendo para as pessoas da localidade e para o turismo local.

As Memórias que edificam o Museu Zabelê

Aqui discutiremos sobre os resultados coletados por meio das entrevistas com os moradores do Novo Zabelê. Durante as conversas, ouvimos histórias que consistem em memórias passadas dos mais velhos para os mais novos 2 pessoas mais jovens ali dentro do Novo Zabelê nos deram entrevistas sobre a visão que elas têm tanto acerca do Antigo Zabelê como dessa musealização da história local.

Após perda das terras, o receio de extinção de algumas práticas culturais foram tornando-se cada vez mais presentes, dentro de uma comunidade que já não era mais a mesma como antigamente, de acordo com suas narrativas. O que restava agora eram as memórias das pessoas mais velhas que moravam no Antigo Zabelê, foram essas as oralidades transmitidas para outras gerações. Uma das colaboradoras, a Amanda Alves, nos contou que sempre escutou nas rodas de conversas a história do Antigo Zabelê. Ela fala que o Zabelê era um pequeno grupo, que foi crescendo pouco a pouco e se tornou uma localidade bem interativa e com costumes próprios.

É recorrente nas falas da comunidade a lembrança de como era as terras do Antigo Zabelê, em que sempre dão as características de terras férteis e de amavam contemplar as características paisagísticas daquele local. Na parte cultural, eles praticavam as danças de Reisado e da Quadrilha durante o período das festas juninas. Em relação aos materiais arqueológicos que abundavam naqueles solos, Amanda Alves relata que:

Como foi contado várias vezes pelos mais velhos que moravam lá, eles encontravam, por exemplo, aqueles potes de barro, de panelas, os potes de cerâmicas, né... E eles cozinhavam dentro. Eles não entendiam a importância e o significado que aquelas coisas tinham. Eles olhavam para as pinturas e diziam que aquelas coisas tinham sido feitas pelos índios, mas não imaginava, a importância ou a questão de preservação [...]

No relato acima, podemos ter uma dimensão de como era a relação do povo Zabelê com as terras a qual moravam e com os materiais arqueológicos que eles encontravam. Segundo outros relatos, as pessoas nunca mexeram ou vandalizaram alguma pintura rupestre, pois tinha aqueles registros como algo sobrenatural ou místico, no qual sempre aprenderam que era “coisa dos índios”. Alguns ex-moradores do povoado falam que sempre se deslocavam para outros lugares

entrando por meio das roças passavam por sítios/tocas e viam urnas funerárias e sabiam que ali era “os bebês dos índios” e por isso nunca mexeram naqueles enterramentos.

A saída da comunidade das terras em que eles nasceram e cresceram, no intuito de preservar todo o patrimônio arqueológico, foi um momento marcante na vida do povo do Zabelê. Essa desapropriação gerou revolta entre os moradores, a colaboradora Amanda Alves conta um pouco do que sabe dessa história:

A grande maioria, uns 90% do pessoal que morava no Zabelê, não queriam sair de lá. Se teve algum que quis sair foi bem raro. Durante a saída deles das terras, eles foram indenizados apenas pelos pés de plantação que tinham nas áreas. As pessoas tinham relações sociais ali dentro da comunidade muito íntima uns com os outros. Alguns relatam que passaram muito sofrimento após a desapropriação, pela indenização ter sido pouca. Muitos contam que passaram muitas necessidades, muita fome, porque eles viviam basicamente da agricultura e não sabiam fazer outra coisa. (Depoimento concedido por Amanda Alves, em 28 de abril de 2021).

Alguns entrevistados contam que os mais velhos relatavam que eram felizes no Antigo Zabelê e mudar para a cidade sem ter onde morar ou de como sobreviver foi um período bastante difícil. Foi com essa desapropriação que a história do Antigo Zabelê estava se transformando aos poucos. Ao longo dos anos as lembranças que mantinham ativas nas memórias era do tempo bom: o Zabelê como um local familiar e afetivo (Braga, 2021).

Assim, o Museu Zabelê nasce dentro dessa proposta, de resguardar e transmitir dentro e fora da própria comunidade essa história, atualizando esse passado no presente. O museu permite que as narrativas sobre o Antigo Zabelê sejam também compartilhadas entre diferentes pessoas do Novo Zabelê, que podem ou não ter vivenciado aquelas histórias, que correm o risco de esquecimento. Em outras palavras, o museu traz um senso de identidade e pertencimento que é atualizado pela memória, ou seja, traz a materialização de memórias que expressam o Antigo Zabelê (Braga, 2021).

O senhor Pedro Alcantara (seu Noca) é uma das pessoas mais velhas a qual entrevistamos. Durante a observação dos seus relatos percebe-se a dor e orgulho que ele sente em falar de como era a sua vida dentro do Antigo Zabelê. O que restou da comunidade a qual tinha tanto apego foi as memórias e as fotografias que agora estão expostas no museu. Ele vai para o museu

e recebe os turistas que chegam interessados em ouvi-lo contando as narrativas dos tempos vividos como morador do Zabelê e ex maníobreiro. Assim, o museu se torna um lugar de transmissão de uma memória para o futuro. Seu Noca, durante a sua fala, diz que o museu é para ele importante porque ele ama contar as suas histórias:

Bom, eu acho importante porque eu gosto de contar histórias. O museu ele não é coisa de chegar lá e ver boniteza igual o Museu da Natureza, mas é um museu de contar história. A gente apresenta para os turistas que vêm interessados numa história da pessoa que conhece e viu o que aconteceu no Zabelê (Depoimento concedido por Pedro Alcântara (seu Noca), em 19 de abril de 2021)

As outras colaboradoras Maíra Alves e Amanda Alves também comentam o porquê para elas o Muzab representa:

O museu representa a memória da minha comunidade, né?! É a história do lugar onde eu vivo e da geração anterior a minha que viveu no do Antigo Zabelê. Então, eu tenho uma sensação de pertencimento, de olhar e de me reconhecer nesse contexto social. É esse contexto que estou inserida é fruto e reflexo da comunidade antiga e das pessoas que vieram em gerações anteriores (Depoimento concedido por Amanda Alves, em 28 de abril de 2021).

Eu achei de muita importância, porque o que a gente vê nas rodas de conversas, que sempre é dirigida por Seu Noca, então a gente foca muito nele, para ele contar essa história de tudo o que aconteceu naquelas terras e de como saíram de lá. A gente vê assim, que essas histórias podem se acabar, porque seu Noca já está com uma idade bem avançada, né?! E aí pode acontecer desses jovens e outras pessoas não conhecerem essa história e ela se acabar. É por isso que acho muito interessante deixar registrado no museu essa história, para que essas lembranças fiquem registradas e o museu é esse lugar que essas memórias vão ficar guardadas, sendo passadas adiante, porque quando Seu Noca não estiver mais aqui, quem vai contar essas histórias? Quem vai ter essas lembranças e essa oralidade? Então, o museu traz essa possibilidade de repassar isso para outras pessoas (Depoimento concedido por Maíra Alves, em 15 de abril de 2021)

Percebemos pelas falas delas que o Museu Zabelê traz um sentido de pertencimento e permite que outras pessoas que não nasceram no Antigo Zabelê mais são descendentes dessa história, possam olhar e ver os registros das memórias dos seus familiares sendo valorizados e não mais silenciados, mas sim preservados. Nesses aspectos, entendemos também que o Museu do Antigo Zabelê é um espaço de luta para que a antiga comunidade Zabelê permaneça viva. Nessa

luta, determinadas alianças são criadas, juntamente com formas de resistir à imposição de outras percepções sobre a realidade.

Conclusão

Com base no desenvolvimento deste trabalho, pensando na construção do Museu Zabelê, atrelado as questões de ser um lugar de memória e resistência, percebemos que esse museu nasce de um projeto arqueológico regional que responde aos impactos gerados dentro da comunidade Antigo Zabelê. Esse é um ponto central que se interliga com as bases defendidas pela Museologia Social. É dentro da Museologia Social que se encontra os parâmetros para enfrentar as desigualdades sociais e injustiças, através das ligações sobre patrimônio e memória que diversas comunidades socialmente silenciadas podem estar se engajando e transformando suas realidades (Chagas e Gouveia, 2014).

O Museu Zabelê é um desses exemplos de luta, um museu que vem sendo construído com o apoio da comunidade, que busca ter suas histórias narradas e passadas de geração para geração. A participação de um arqueólogo local que reúne uma comunidade para falar que a história deles merecem ser musealizada, é um empreendimento político para confirmar que o povo do Zabelê vive e tem os seus patrimônios a qual eles se reconhecem. Todos os objetos e fotografias ali presentes são todos provenientes do Antigo Zabelê, esses artefatos materializavam o presente no passado levando a considerar essa antiga comunidade como um lugar afetivo e bom.

Esse museu apresenta histórias de um povo que não teve a oportunidade de falar de si mesmo. Porém hoje, a criação do museu permite que as pessoas olhem para a história do Zabelê e identifiquem nela uma luta e resistência, apropriando-se dessas referências por meio de suas próprias experiências. Durante a coleta de entrevistas também foi interessante perceber nas falas dos moradores, que eles sentem orgulho dessas narrativas e tem o desejo que os outros também possam conhecer e repassar essa oralidade para as novas gerações.

Não significa que acabaram os conflitos, como essa nova estrutura física o museu indica, na medida em que as tensões podem ser reconfiguradas de outra maneira. Finalmente, todas as pessoas das entrevistas falam que ao olhar o museu, para aquele espaço, fotos e objetos, as

narrativas sobre o Antigo Zabelê se tornam muito mais consistentes e concretas. O Museu do Antigo Zabelê evidencia assim seu potencial de lugar de afeto e de materializar memórias, que o tornam mais próximo do lar.

Referências

BORGES, S.E.N., 2007. Invenção do patrimônio mundial: Parque Nacional Serra da Capivara. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Piauí – IFPI.

BRAGA, M.A.S., 2021. O Museu do Antigo Zabelê na perspectiva da Arqueologia Pública e Museologia Social. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial). Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Campus Serra da Capivara, São Raimundo Nonato-PI.

COSTA, M.S., 2011. Educação Patrimonial no Parque Nacional Serra da Capivara-PI. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura). Universidade Estadual do Piauí (UESPI), São Raimundo Nonato.

DIAS, W.S., 2007. O assentamento Fazenda Lagoa Novo Zabelê. Monografia. Curso de Licenciatura em História, Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Campus São Raimundo Nonato-PI.

FERNANDES, T.C., 2007. Vamos criar um sentimento?! Um olhar para Arqueologia Pública no Brasil. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

GODOI, P.E., 1993. O trabalho da memória: Um estudo antropológico de ocupação camponesa no sertão do Piauí. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Universidade Estadual de Campinas.

GUIDON, N., 2007. Parque Nacional Serra da Capivara: modelo de preservação do patrimônio arqueológico ameaçado. In: ANDRADE, T.L. (org.) Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. Revista do Patrimônio Cultural, 33, pp.75-93. Brasília: Iphan.

GUSMÃO, R.C.S., 2013. Um olhar museológico para a Arqueologia: Potencialidades de musealização do sítio colonial “engenho do murucutu”. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

LANDIM, J.P.P., 2014. Serra Branca dos maniçobeiros: um conjunto habitacional sob rocha que (sobre) vive na memória. Dissertação de Mestrado. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

- LÉON, R.T. and SOUZA, J., 2016. Questionário online e entrevista a distância como recurso de pesquisa junto a egressos de pós-graduação em educação musical. *Revista da ABEM*, 24(36), pp.127-145.
- LEERSH, M.T. and OCAMPO, C.C., 2004. O conceito de museu comunitário: história vivida ou memória para transformar a história? *Cadernos de Sociomuseologia*, 22, pp.89-104.
- OLIVEIRA, J.S., 2015. Memória e Patrimônio Arqueológico: Vozes sertanejas na área do Parque Nacional Serra da Capivara. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Universidade Federal do Piauí (UFPI).
- OLIVEIRA, J.S. and BORGES, J.F., 2015. Sociedade, Arqueologia e Patrimônio: As relações de pertencimento da comunidade Zabelê com a área arqueológica do Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC). *História Unicap*, 2(3), pp.108-121.
- PAIVA, I.S. and ALVES, F., 2019. Da museologia Social ao inventário participativo: patrimônio, território e desenvolvimento. *Cadernos de Estudos Sociais*, 34(1), pp.45-60.
- RODRIGUES, M.H.S.G., 2011. Parque Nacional Serra da Capivara e comunidade: educação, preservação e fruição social, um estudo de caso em Coronel José Dias-PI. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Piauí.
- SANCHES, J.A., 2008. Arqueologia Pública, ou como tudo nos afeta. *Revista de Arqueologia Pública*, 3(1), pp.10-25.
- SANTHIAGO, R. and MAGALHÃES, V.B., 2020. Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevista a distância. *História Oral*, 23(1), pp.15-32.
- SANTOS, M.S., 2002. O pesadelo da amnésia coletiva: história, memória e conflito. *Estudos Históricos*, 30, pp.45-60.
- SIMÕES, S.D., 2017. Museus Comunitários no Brasil; Descolonizando o pensamento museológico. *Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, 3(ed. especial), artigo 605.
- SOUSA, L. and SILVA, A.S., 2017. Arqueologia pública: um olhar sobre a interação social e a preservação de recursos arqueológicos no estado do Piauí. *Revista Arqueologia Pública*, 11(1), pp.67-86.
- SOUSA, M.S.R., 2009a. O Povo do Zabelê e o Parque Nacional da Serra da Capivara no Estado do Piauí: tensões, desafios e riscos da gestão principiológica da complexidade constitucional. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília.

SOUSA, M.S.R., 2009b. O povo do Zabelê e o Parque Nacional da Serra da Capivara (PI): conflito socioambiental entre populações tradicionais e gestão de UC de proteção integral. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília.

SOUSA, M.L.M., 2021. Fontes de vida, sociabilidade e memórias: narrativas sobre os caldeirões do Sítio do Mocó, Coronel José Dias. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial). Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Campus Serra da Capivara, São Raimundo Nonato-PI.

TRINDADE, M.S., 2022. O passado que insiste em persistir: uma análise das percepções da comunidade Novo Zabelê acerca do Turismo de Base Comunitária – TBC. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Antropologia). Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Campus Serra da Capivara, São Raimundo Nonato-PI.

WHICHERS, C.M., 2015. Museus Comunitários e Patrimônio Arqueológico: constrangimentos, desafios e possibilidades de diálogo. In: Anais do IV Simpósio Internacional de Ciências Sociais. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, pp.2-21.

WHICHERS, C.M., 2010. Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico: (DES) caminhos da prática brasileira. Tese de Doutorado em Museologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.